



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias. A presente estudo tem por objeto o fornecimento de medicamentos essenciais, destinados a suprir as demandas da UPA 24H e das Farmácias Municipais, vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

A presente contratação visa atender à necessidade de fornecimento contínuo de medicamentos essenciais para a UPA 24H e para as Farmácias Municipais vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos.

A aquisição dos medicamentos justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade dos serviços de assistência farmacêutica prestados à população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS), em conformidade com os princípios constitucionais da universalidade, integralidade e equidade do atendimento à saúde.

Sob a perspectiva do interesse público, a contratação é imprescindível para garantir o acesso da população a tratamentos seguros, eficazes e ininterruptos, especialmente em situações de urgência e emergência na UPA 24H, bem como para a manutenção da assistência farmacêutica básica nas unidades municipais.

Os medicamentos objeto desta contratação são considerados de caráter essencial e urgente, sendo imprescindíveis para a manutenção dos tratamentos médicos prescritos nas unidades de saúde do município. Ressalta-se que parte destes itens não foi contemplada em certames licitatórios anteriores, em razão de lotes desertos ou fracassados, agravando o risco de desabastecimento e comprometendo a continuidade da assistência à saúde pública local.



Assim, faz-se necessária a adoção de medidas imediatas para a reposição adequada dos estoques, a fim de garantir o acesso regular e contínuo da população aos medicamentos essenciais, prevenir intercorrências clínicas e evitar prejuízos ao tratamento dos pacientes assistidos pela rede municipal de saúde.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Para garantir a eficiência, a economicidade e a eficácia na contratação de medicamentos para a rede municipal de saúde, foi realizado um levantamento de possíveis soluções e uma análise comparativa entre diferentes alternativas disponíveis no mercado. Este levantamento tem como objetivo identificar as opções mais adequadas para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, considerando aspectos técnicos, econômicos e logísticos.

O levantamento de soluções foi conduzido a partir de uma pesquisa detalhada das alternativas viáveis para o fornecimento de medicamentos, com base em informações coletadas junto a fornecedores, consultas a relatórios de mercado e análise de regulamentações vigentes. As principais soluções levantadas foram:

- a)** Fornecimento por Empresas Especializadas em Distribuição de Medicamentos para órgãos públicos e privados, com capacidade logística para atender a grandes volumes e com cumprimento das exigências sanitárias e legais.

Vantagens:

- Garantia de fornecimento contínuo e regular.
- Cumprimento das normas da ANVISA e Ministério da Saúde.
- Oferecimento de soluções logísticas eficientes, com rastreabilidade de produtos.
- Experiência e competência na entrega de medicamentos para instituições públicas.



Desvantagens:

- Dependência de fornecedores específicos.
- Possíveis variações nos preços de mercado.

b) Compra Direta de Medicamentos de Grandes Distribuidores de Produtos Farmacêuticos que já fornecem a diversas entidades públicas e privadas.

Vantagens:

- Relacionamento consolidado com distribuidores de renome.
- Maior poder de negociação com distribuidores devido ao volume de compras.
- Preços competitivos por meio de contratos de grande escala.

Desvantagens:

- Menor flexibilidade na personalização das necessidades específicas de medicamentos.
- Complexidade na gestão de contratos e prazos de entrega.

A análise comparativa entre as soluções levantadas foi conduzida com base em critérios técnicos e econômicos que orientam a escolha da alternativa mais eficiente para o fornecimento de medicamentos à rede municipal de saúde. No que se refere ao custo total de aquisição, que inclui o preço por unidade e os custos logísticos, observa-se que as empresas especializadas apresentam valores moderados, com preços que variam conforme a demanda e a negociação com fornecedores. Em contrapartida, oferecem uma estrutura logística robusta, que garante regularidade e segurança no fornecimento. Os grandes distribuidores, por sua vez, tendem a apresentar preços mais competitivos, especialmente em compras de maior volume, porém os custos logísticos podem ser superiores em razão da centralização dos estoques. Já as cooperativas locais geralmente oferecem preços mais acessíveis, mas enfrentam dificuldades logísticas, principalmente em relação à pontualidade e à capacidade de atender grandes demandas.

Quanto à capacidade de atendimento e flexibilidade, as empresas especializadas demonstram competência para fornecer grandes volumes com



confiabilidade, além de apresentarem maior flexibilidade para adequar-se a demandas emergenciais. Os grandes distribuidores possuem elevada capacidade de fornecimento, mas oferecem menor flexibilidade na personalização de entregas e nos prazos. As cooperativas locais, embora mais flexíveis e adaptáveis às especificidades locais, possuem limitações logísticas e de escala, o que pode comprometer sua capacidade de atender integralmente os volumes exigidos.

No aspecto da conformidade com normas legais e sanitárias, as empresas especializadas se destacam por manterem-se rigorosamente em conformidade com as exigências da ANVISA e demais órgãos reguladores, garantindo segurança e rastreabilidade no fornecimento. Os grandes distribuidores também cumprem com as obrigações legais e têm histórico consolidado de fornecimento a instituições públicas. Em contraste, cooperativas e associações locais podem apresentar dificuldades quanto à plena conformidade regulatória, especialmente se não possuírem estrutura técnica e documental adequada.

Em relação ao prazo de entrega e logística, as empresas especializadas são reconhecidas por sua eficiência, possuindo sistemas logísticos bem estruturados que asseguram pontualidade e atendimento de grandes volumes. Já os grandes distribuidores, embora disponham de estoque amplo, podem apresentar prazos mais longos devido à concentração de operações logísticas em centros específicos, o que pode comprometer a celeridade nas entregas. As cooperativas locais, por outro lado, tendem a ser mais ágeis na resposta a demandas pontuais, mas com risco elevado de não manter a regularidade ou cumprir os prazos em contratos de maior porte.

Por fim, quanto à capacidade de suporte técnico e acompanhamento, as empresas especializadas oferecem assistência técnica contínua, além de monitoramento das entregas, o que contribui para a qualidade dos serviços e a rastreabilidade dos produtos. Os grandes distribuidores também oferecem suporte, embora com menor personalização e menor proximidade com as demandas locais. As cooperativas locais, embora mais próximas dos serviços



contratantes, podem ter suporte limitado, especialmente no que tange à qualificação técnica de suas equipes.

Diante dessa análise, conclui-se que a contratação de empresas especializadas apresenta-se como a alternativa mais vantajosa sob os pontos de vista técnico, logístico e legal, assegurando o abastecimento regular da Farmácia Municipal e da UPA de forma eficiente, segura e em conformidade com os padrões exigidos pela legislação sanitária vigente.

A contratação de uma empresa especializada garante a continuidade do abastecimento de medicamentos com a segurança de que os requisitos legais e sanitários serão cumpridos, além de assegurar a rastreabilidade e qualidade dos produtos fornecidos. Este modelo também proporciona maior confiabilidade e eficiência no atendimento aos pacientes, minimizando os riscos de desabastecimento e contribuindo para a manutenção dos tratamentos necessários à população usuária do SUS.

Crítérios	Empresas Especializadas	Grandes Distribuidores	Cooperativas Locais
Custo Total de Aquisição (Preço por Unidade e Logística)	Custos moderados, estrutura logística robusta.	Preços competitivos, custos logísticos altos.	Preços acessíveis, mas com desafios logísticos.
Capacidade de Atendimento e Flexibilidade	Alta capacidade de fornecimento com flexibilidade.	Alta capacidade de fornecimento, baixa flexibilidade.	Flexibilidade, mas com limitações em volume e infraestrutura.
Conformidade com Normas Legais e Sanitárias	Em conformidade com normas da ANVISA.	Conformidade com as exigências legais.	Possíveis dificuldades com conformidade regulatória.
Prazo de Entrega e Logística	Entrega pontual com logística estruturada.	Prazos mais longos devido à centralização	Prazos mais flexíveis, risco de não cumprimento.
Capacidade de Suporte Técnico e Acompanhamento	Suporte técnico contínuo e rastreabilidade.	Suporte limitado e menos personalizado.	Suporte mais próximo, mas com limitações técnicas.



3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

A finalidade da norma é fomentar o desenvolvimento econômico e social em âmbito local e regional, ampliar a efetividade das políticas públicas e incentivar a inovação tecnológica, conforme dispõe o artigo 47 da Lei Complementar nº 123/2006.

No entanto, tal dispositivo deve ser interpretado em conformidade com a Constituição Federal e com a Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos. A Constituição assegura, no processo licitatório, a igualdade de condições a todos os concorrentes. Já a nova Lei de Licitações determina que o procedimento licitatório deve observar o princípio da isonomia, garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e promover o desenvolvimento nacional sustentável.

Assim, considerando os riscos decorrentes da restrição à competitividade por meio da concessão de exclusividade e visando assegurar a ampla concorrência, a isonomia entre os licitantes e a obtenção da proposta mais vantajosa, opta-se por não reservar o item exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte. Dessa forma, o item será aberto à participação de todos os interessados, em conformidade com os preceitos da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei nº 14.133/2021.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

A estimativa das quantidades de medicamentos a serem contratados foi definida com base em levantamento técnico realizado pela equipe da Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos, considerando dados históricos de consumo dos últimos 12 (doze) meses, projeções de demanda futura, aumento populacional, variações sazonais e a ampliação da



cobertura da Atenção Primária à Saúde, bem como a demanda contínua da Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

Foram ainda observadas as diretrizes clínicas de tratamento dos protocolos estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a evolução dos atendimentos nas unidades básicas de saúde e a necessidade de manter o fornecimento regular de medicamentos essenciais, evitando desabastecimento e interrupções nos tratamentos.

As quantidades foram organizadas de forma consolidada, agrupando os itens por princípio ativo e forma farmacêutica, respeitando os padrões estabelecidos nos processos licitatórios anteriores e a compatibilidade com o consumo estimado, para garantir economia de escala na aquisição. Quando possível, foi verificada a interdependência com outras contratações da Secretaria de Saúde, como a de insumos e correlatos, possibilitando planejamento logístico e redução de custos operacionais.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada com base em levantamento de preços praticados no mercado, consultas a fornecedores especializados, dados obtidos em contratações anteriores similares e/ou painéis de preços públicos oficiais. Após análise das informações coletadas, o valor global estimado para a aquisição dos medicamentos destinados à Farmácia Municipal, à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e às demais unidades de saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Dois Vizinhos é de R\$ 699.563,10 (seiscentos e noventa e nove mil, quinhentos e sessenta e três reais e dez centavos).

6. ANÁLISE DOS RISCOS (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;



Informamos que a Análise de Riscos elaborada para este processo segue em anexo a este Estudo Técnico Preliminar (ETP).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso:

A presente solução visa à contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo e sob demanda de medicamentos destinados à Farmácia Municipal, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e demais unidades de saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Dois Vizinhos. A entrega deverá ocorrer conforme solicitação da Administração, em condições adequadas de conservação, transporte, validade mínima exigida e conforme as normas sanitárias vigentes, garantindo a manutenção regular dos estoques e a continuidade dos tratamentos dos pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A empresa contratada deverá manter estrutura logística capaz de atender às necessidades do Município com pontualidade, segurança e rastreabilidade dos lotes. Além disso, deverá disponibilizar canal de atendimento para suporte técnico, esclarecimento de dúvidas e acompanhamento de eventuais intercorrências relacionadas à qualidade ou eficácia dos medicamentos entregues.

Em caso de medicamentos que necessitem de cuidados específicos quanto à armazenagem, transporte ou uso (ex.: controle de temperatura, validade restrita, acondicionamento especial), caberá à contratada garantir o cumprimento integral dos requisitos técnicos, legais e sanitários.

Quando aplicável, exige-se que a contratada preste assistência técnica ao setor de assistência farmacêutica municipal, com orientações sobre a correta utilização, armazenamento, descarte de produtos vencidos ou danificados, bem como suporte em casos de recall.

A solução contempla, portanto, não apenas o fornecimento dos medicamentos, mas também o compromisso da empresa com a qualidade do



serviço prestado, a conformidade regulatória, a segurança do paciente e o apoio técnico-operacional à gestão pública de saúde.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Como requisitos da contratação serão requeridos os seguintes documentos:

a) Atendimento aos princípios licitatórios estabelecidos no âmbito da administração pública, conforme a legislação vigente.

b) Cumprimento das normas sanitárias, administrativas e técnicas vigentes, incluindo as exigências específicas para a aquisição de medicamentos no setor público.

c) Autorização Especial (AE), emitida pela ANVISA, da empresa licitante, ou a respectiva publicação no Diário Oficial da União, no caso de oferta de medicamentos sujeitos a controle especial, com atividade compatível com a distribuição de medicamentos. Alternativamente, poderá ser enviada consulta realizada no site da ANVISA, contendo a data da consulta, que não poderá ser superior a 60 dias.

d) Autorização de Funcionamento (AFE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), da empresa licitante, ou a respectiva publicação no Diário Oficial da União, com atividade compatível com a distribuição de medicamentos. Também será aceita consulta realizada no site da ANVISA, com a data da consulta não superior a 60 dias.

e) Licença Sanitária Estadual ou Municipal da empresa fabricante do medicamento (unidade fabril específica) ou do importador, no caso de produto importado.

f) Licença Sanitária Estadual ou Municipal da empresa participante, compatível com a atividade de distribuição de medicamentos.

g) Certificado de Regularidade Técnica da empresa participante, emitido pelo Conselho Regional de Farmácia do estado da empresa licitante.

h) Certificado de Registro do Produto ou sua publicação no Diário Oficial da União. Também será aceita consulta realizada no site da ANVISA, desde que as



informações da apresentação ofertada estejam na forma expandida e a data da consulta não seja superior a 60 dias.

e) Não serão aceitos medicamentos manipulados, devido ao curto prazo de validade, exceto para os itens cuja única apresentação disponível no mercado seja a manipulação, conforme estabelecido pela RDC nº 67, de 8 de outubro de 2007.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, se cabíveis ao objeto.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.

A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

A Contratada deverá fornecer diretamente o produto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

Prestará todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.

Necessitará executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.

A Contratada se obriga a executar os serviços ou a entrega dos produtos de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias, locais e quantidades determinadas no termo de referência.



Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão de obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.

Quando a aquisição for adquirida pelo Município através de Transferências Especiais de Recursos Federais ou Estaduais ou verba parlamentar é imprescindível indicar nas observações da Nfe, o número do convênio, número do Edital, documentos estes que comprovam o nexo causal entre recursos repassados e as despesas realizadas.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(x) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Qualificação Técnica:

A exigência de qualificação técnica está fundamentada na necessidade de garantir a qualidade, eficácia e segurança dos medicamentos fornecidos, respeitando as normas sanitárias e regulatórias vigentes. A qualificação técnica é considerada uma medida de proteção à saúde pública, garantindo que os produtos atendam aos padrões de qualidade exigidos pelo Ministério da Saúde, ANVISA e demais órgãos competentes. As empresas participantes deverão comprovar experiência anterior no fornecimento de medicamentos a órgãos



públicos ou entidades privadas, considerando a relevância técnica na entrega de medicamentos essenciais à saúde.

Qualificação Econômico-Financeira:

A qualificação econômico-financeira foi definida de maneira a garantir que a contratada possua capacidade financeira para o cumprimento do contrato, considerando a aquisição em larga escala de medicamentos. A exigência de comprovação da saúde financeira das empresas licitantes assegura que a contratada terá condições de atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde com a devida regularidade e pontualidade, evitando riscos de interrupção no fornecimento e falhas logísticas.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável:

A aquisição de medicamentos poderá gerar impactos ambientais relacionados, principalmente, à geração de resíduos de embalagens, medicamentos vencidos ou em desuso, bem como resíduos de transporte e armazenamento. A manipulação inadequada ou o descarte incorreto desses materiais pode causar contaminação do solo, da água e riscos à saúde pública.

Como medidas mitigadoras, serão exigidos da contratada o fornecimento de medicamentos devidamente regularizados nos órgãos sanitários competentes, com embalagens que atendam às normas ambientais vigentes, e a orientação para o descarte correto de medicamentos fora de uso, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

Os requisitos de baixo consumo de recursos se aplicam especialmente na exigência de otimização dos processos logísticos, com a entrega em embalagens adequadas e em quantidades que minimizem desperdícios. Sempre que possível, será priorizada a aquisição de medicamentos cuja produção e



transporte envolvam práticas sustentáveis, com menor emissão de poluentes e consumo racional de energia.

Quanto à logística reversa, será observada a obrigatoriedade de descarte seguro e ambientalmente correto dos medicamentos vencidos ou inutilizados, bem como suas embalagens, em conformidade com as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). As unidades de saúde municipais contam com programas de descarte de medicamentos, em que os resíduos farmacêuticos são encaminhados para empresas especializadas em coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada, conforme legislação específica.

Dessa forma, o processo de aquisição e utilização dos medicamentos observará práticas que minimizem impactos ambientais, assegurando o cumprimento das obrigações legais e a promoção da sustentabilidade na saúde pública.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:

A futura contratação visa garantir o fornecimento contínuo, regular e de qualidade de medicamentos destinados à rede municipal de saúde, assegurando a manutenção e o início dos tratamentos prescritos aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Espera-se que a contratada observe rigorosamente os prazos, locais e quantidades estabelecidos nas solicitações, entregando os medicamentos em perfeitas condições de uso, com prazos de validade adequados e em conformidade com todas as normas sanitárias e regulatórias vigentes.

A contratação tem como objetivo atender as demandas da Farmácia Municipal, da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e das demais unidades de saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, promovendo a eficiência logística, a rastreabilidade dos produtos e o suporte técnico necessário.



Pretende-se alcançar ganhos em economicidade, eficácia e eficiência, com melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, assegurando o abastecimento regular de medicamentos essenciais e contribuindo para a qualidade e a segurança da assistência farmacêutica prestada à população.

Diante das análises deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), pretende-se, ainda, manter o abastecimento da Farmácia Municipal, da UPA e das demais unidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Dois Vizinhos, mediante a contratação de empresa especializada para a continuidade eficaz do serviço. A empresa deverá fornecer os medicamentos sob demanda, observando o menor preço por item, mantendo o atendimento regular aos pacientes.

Com isso, busca-se garantir a confiabilidade, eficiência e continuidade dos tratamentos em curso, prevenindo eventuais interrupções que possam comprometer a saúde dos usuários e evitar a responsabilização da Administração Pública.

12. REGIME DE FORNECIMENTO (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

O regime de fornecimento adotado será o sob demanda, com entregas parceladas conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Dois Vizinhos, incluindo a Farmácia Municipal, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e demais unidades de saúde vinculadas. Tal regime permite a otimização dos estoques, evita perdas por vencimento e proporciona maior controle e eficiência na gestão do consumo de medicamentos.

A contratação sob demanda também favorece a economicidade, pois possibilita o pagamento apenas dos itens efetivamente entregues e utilizados, além de assegurar maior flexibilidade para atendimento das variações sazonais e emergenciais das demandas assistenciais. Observa-se, ainda, que o modelo adotado aproveita os benefícios da economia de escala, uma vez que a



aquisição se dará em bloco por meio de licitação pública, com potencial para obtenção de preços mais vantajosos em virtude da centralização e da concorrência ampla entre fornecedores.

O fornecimento deverá atender aos requisitos de qualidade, validade mínima, condições adequadas de transporte e armazenamento, e às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), garantindo, assim, a continuidade e a segurança no atendimento à população usuária do SUS.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Claudete Meurer
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Karen Cardoso Ubiali
Suplente de Recebimento/Execução	Nelciane Moretto Estivalet

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não há contratações correlatas ou interdependentes diretamente relacionadas ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

A aquisição de medicamentos descrita neste processo é uma contratação independente, que atende às necessidades de abastecimento contínuo da



Farmácia Municipal e unidades de saúde vinculadas, sendo autônoma em relação a outros processos licitatórios ou contratações em curso.

Caso surjam eventuais necessidades de apoio logístico, armazenamento ou transporte, estas serão objeto de contratações específicas e separadas, não afetando a execução do objeto principal deste processo.

15. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)
demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

A presente aquisição encontra-se prevista no Plano Anual de Compras/Contratações de 2025:

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 17/06/2024;
- III) Id do item no PCA: 1212 a 1534;
- IV) Classe/Grupo: 65050 - Drogas e Medicamentos;
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-35/2025;

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- ☐ Global
- ☐ Lote(s) de Itens
- ☒ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☒ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☐ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia

O fornecimento de medicamentos essenciais para atender à UPA 24H e às Farmácias Municipais se classifica como bens e serviços comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade dos medicamentos podem ser



objetivamente definidos pelo edital, utilizando especificações usuais de mercado. São produtos de fácil acesso, amplamente disponíveis no mercado e com características padronizadas, como determinados tipos de medicamentos que atendem às exigências legais e sanitárias de controle e qualidade.

Além disso, os medicamentos são adquiridos em grandes quantidades, o que facilita sua compra e distribuição para as unidades de saúde de forma eficiente. A contratação é baseada em exigências claras e objetivas, com requisitos que podem ser facilmente verificados pelos fornecedores, o que caracteriza o produto como comum, sem a necessidade de especificações altamente técnicas ou personalizadas.

(x) Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos

() Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra

() Serviços não contínuos ou contratados por escopo

() Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

A contratação será para o fornecimento contínuo de medicamentos, uma vez que a necessidade de medicamentos é constante e permanente nas unidades de saúde, especialmente para a manutenção de tratamentos médicos dos pacientes. O fornecimento será realizado de maneira regular, atendendo a uma demanda contínua da administração pública para o suprimento de medicamentos essenciais, sem interrupções.

Esse regime de fornecimento visa garantir a continuidade dos tratamentos e a assistência contínua à saúde pública, sendo uma necessidade prolongada e permanente para a Secretaria Municipal de Saúde, o que justifica a classificação como serviços e fornecimentos contínuos.

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Será exigida a garantia de execução do objeto para a contratação. A exigência de garantia de execução do contrato é motivada pela necessidade de assegurar o cumprimento das obrigações da empresa contratada, principalmente no que tange à entrega de medicamentos essenciais conforme os prazos e condições



estipulados no edital. Apesar de ser um objeto de fornecimento contínuo, a garantia visa proteger a Administração Pública contra eventuais riscos de inadimplemento, como atrasos nas entregas, problemas na qualidade dos medicamentos ou falhas nos processos de distribuição. Isso assegura a regularidade no abastecimento das unidades de saúde e a manutenção da qualidade da assistência à saúde pública, evitando riscos à saúde dos usuários do SUS.

Como o contrato envolve fornecimento contínuo de medicamentos, com prazos estabelecidos de entrega e conformidade com normas sanitárias rigorosas, a exigência de garantia se justifica pela necessidade de assegurar que a contratada cumprirá todas as condições estabelecidas, evitando prejuízos ao serviço público.

Forma de garantia: A garantia será calculada com base no valor total do contrato, visto que o fornecimento será contínuo e ocorrerá durante o período de vigência do contrato, sendo essencial para a administração pública que o objeto da contratação seja atendido conforme o estipulado.

Essa medida visa garantir que o objeto do contrato seja executado sem interrupções ou falhas que possam comprometer a prestação dos serviços de saúde essenciais à população.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante da análise técnica e dos elementos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação proposta se mostra adequada, necessária e pertinente para o atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Dois Vizinhos. A aquisição de medicamentos, por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento por menor preço por item, representa a solução mais eficiente, econômica e vantajosa para assegurar o abastecimento contínuo e regular da



Farmácia Municipal, da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e das demais unidades de saúde vinculadas.

A medida visa garantir a continuidade dos tratamentos dos pacientes usuários do SUS, evitar desassistência, assegurar o cumprimento das obrigações constitucionais e legais do município no que tange ao direito à saúde, e promover o uso racional dos recursos públicos. A estrutura proposta permite flexibilidade na gestão dos estoques, otimização dos recursos orçamentários, padronização do fornecimento e maior controle sobre a qualidade dos produtos adquiridos.

Portanto, a contratação ora justificada é plenamente adequada ao interesse público, tecnicamente viável e juridicamente possível, estando em consonância com os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e continuidade do serviço público.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade

- ☒ Pregão, ☒ Tradicional ☐ SRP
- ☐ Concorrência, ☐ Tradicional ☐ SRP
- ☐ Concurso
- ☐ Leilão
- ☐ Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

- ☐ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
- ☐ Pré-Qualificação
- ☐ Procedimento de Manifestação de Interesse, etc vide art. 78 da Lei.
- ☒ Não se Aplica

Contratação Direta:



☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa

☐ Inexigibilidade de licitação.

☒ Não se Aplica

Critério de julgamento:

☒ menor preço

☐ melhor técnica ou conteúdo artístico

☐ técnica e preço

☐ maior retorno econômico

☐ maior desconto

☐ maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

☐ Aberto

☐ Fechado

☒ Aberto e Fechado

☐ Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

☒ SIM

☐ NÃO

O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público, conforme artigo 24, § 1, inciso VI da LEI Nº 13.019/2014.

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

☒ Recursos Próprios

☐ Recursos Estaduais

☒ Recursos Federais



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Dois Vizinhos, 16 de maio de 2025.

CLAUDETE MEURER

Gestora de Saúde

Matrícula Funcional 17949-1